

**EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2017 – CMMPV
(à MPV Nº 793, de 2017)**

Modifica-se os incisos art. 1º § 2º - I, II (a), o inciso I, II (a) do parágrafo §2, do art. 3º e o art. 7 § 3º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

Art. 1º.....

§ 2º A adesão ao PRR ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado **até o dia 30 de novembro de 2017** e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

Art. 3º.....

I - pagamento de, no mínimo, **(1%) um por cento** do valor da dívida consolidada, , sem as reduções de que trata o inciso II, em **até doze parcelas iguais** e sucessivas, a contar da data da adesão, e o restante:

II – o pagamento do restante da dívida consolidada, por meio de parcelamento em até **(228) duzentos e vinte e oito** prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de

a) - **(50%) cinquenta por cento** das multas de mora e de ofício e dos encargos legais, incluídos os honorários advocatícios; e

§ 2º

I- o pagamento em espécie de, no mínimo, **(1%) um por cento** do valor da dívida consolidada, sem as reduções de que trata o inciso II, em até **12 (doze)** parcelas iguais e sucessivas, vencíveis entre

II- o pagamento do restante da dívida consolidada, por meio de parcelamento **em até (228) duzentos e vinte e oito** prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de, equivalente a **(0,3%) três décimos por cento** da média mensal da receita



bruta proveniente da comercialização do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, com as seguintes reduções:

a) - **(50%) cinquenta por cento** das multas de mora e de ofício e dos encargos legais, incluídos os honorários advocatícios; e

Art. 7º

§ 3º Sobre o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, incidirão juros equivalentes ao **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento

JUSTIFICAÇÃO

Artigo 1º § 2º - é necessário o prazo de adesão para 30 de novembro de 2017, para dar tempo suficiente aos contribuintes consolidarem seus débitos

O inciso I e o § 2º do artigo 3º prevê a entrada de 4% quatro por cento sobre o valor consolidado dos débitos, parcelado em (4) quatro parcelas.

É necessária uma revisão do percentual da entrada para 1% (um por cento) e dividido em 12 parcelas, devido ao montante expressivo da dívida que se acumulou durante década na morosidade da Justiça, e ainda decorre que o setor é de margem apertada, ficando assim comprometido as operações atuais e futuras.

É necessário ainda, estimular o contribuinte a conseguir quitar seus débitos, conferindo uma redução de 50% cinquenta por cento sobre as multas de mora e de ofício e dos encargos legais, incluídos os honorários advocatícios

O inciso II do artigo 3 prevê o parcelamento em até 176 (cento e setenta e seis) prestações mensais, porém é necessária uma alteração para 228 prestações mensais, devido ao montante expressivo da dívida que se acumulou durante década na



morosidade da Justiça, e ainda decorre que o setor é de margem apertada, ficando assim comprometido as operações atuais e futuras.

E com relação ao o § 2º do artigo 3 também em 228 prestações mensais e sucessivas, sendo equivalente a 0,3% três décimos por cento da média mensal da receita bruta do ano civil imediatamente anterior ao vencimento da parcela, devido ao montante expressivo da dívida, onde será descapitalizada

É necessário a alteração da correção das parcelas para IPCA, pois com a correção pela SELIC o da correção mensal será maior que o valor das parcelas a serem amortizadas

Sala das Sessões, de agosto de 2017.

BILAC PINTO
Deputado Federal

